

## COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

### ATA DE REUNIÃO

Data: 03.07.2017

Local: Salão Nobre

Presenças: Juiz Cloceimar Lemes Silva (coordenador), servidores Patrícia Fernanda Rael (Diretoria-Geral); Maria Ester Fonseca Vieira (SETIC), Juliano Machado dos Santos. (SECOM e servidor com deficiência visual), Renato Gomes de Castro (Coordenadoria de Saúde) e Fabiana da Silva Perdomo, (convidada, Seção de Capacitação).

Secretário: Igor Ferraz Freiburger (AGE)

Horário: 16h20min – 17h05min

A reunião foi iniciada com a apresentação de demanda recebida por Maria Ester sobre servidor monocular (Marcelo Pieniz) que solicitou a instalação de dois monitores de 23", um na Secretaria Processual e outro na sala 506c. Renato relatou a futura troca de dois monitores por um maior, planejada pela SETIC. O Juiz Cloceimar sugeriu que a Comissão opine por atender a demanda porque a necessidade do servidor é imediata e a troca futura não tem data para ocorrer, com a anuência de todos. A seguir, Patrícia apresentou a demanda da servidora Gisele Amaral, que tem problemas nas pernas, restrição de movimentos e não pode atender no balcão. A Comissão debateu o histórico da servidora, que teve dificuldades com dois gestores. Patrícia explicou que a política com PCDs que passam por problemas no trabalho é evitar medidas punitivas e tentar sua realocação. Expôs obstáculos comuns que encontram para a lotação de PCDs. No caso em análise, a SEGESP já encontrou outra lotação, o gestor atual e o futuro já concordaram, faltando apenas a confirmação da Comissão para efetivar troca. Debateram se a realocação da servidora deveria ou não ser submetida à Comissão de Movimentação de Servidores, com o Juiz Cloceimar pontuando que aquela Comissão já decidiu que trocas no próprio primeiro grau não precisam ser aprovadas por aquele grupo. A demanda foi aprovada, devendo ser comunicada ao CMS. Patrícia suscitou que a lotação de PCDs seja feita como nas lotações comuns, sem depender de aprovação prévia do gestor que receberá o servidor, recebendo o apoio dos presentes. Na sequência, Fabiana relatou o andamento da organização do encontro sobre PCDs. Informou que são 130 servidores com deficiência no TRT4, sendo que 68 responderam à pergunta sobre participação no evento, dos quais 41 confirmaram sua vinda. Explicou a dificuldade de contratar palestrantes por falta de orçamentos e padrões para comparar.

Descreveu o pedido do Sintrajufe para dispor de uma hora de apresentação no lugar dos 30 minutos originalmente previstos. A Comissão debateu como seria a apresentação do sindicato, que inicialmente era para apresentar os resultados da pesquisa sobre saúde e condições de trabalho. A Comissão, considerando que até o presente momento o Sintrajufe não apresentou os resultados da pesquisa e que o espaço é destinado para que exponha tais dados, decidiu manter o tempo de 30 minutos. Deliberou ainda que este tempo se destina aos resultados da pesquisa de qualidade de vida focados na questão da acessibilidade, inclusive porque esta grade já havia sido aprovada pela Presidência do Tribunal. O grupo debateu ainda o título do evento, que será **Encontro dos Servidores com Deficiência na Justiça do Trabalho**. Sem outros assuntos, a reunião foi encerrada, sendo a ata lavrada por mim, Igor Ferraz Freiburger, analista judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica.

---

**Agenda:** a próxima reunião será em 3 de agosto de 2017, às 15h, em local a ser informado.